

**IMIGRAÇÃO CARIBENHA E AFRICANA PELA FRONTEIRA TRINACIONAL
PERU-BOLÍVIA-BRASIL: CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICIDADES E
REPERCUSSÃO SOCIAL¹**

Leticia Helena Mamed

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

leticiamamed@gmail.com

¹ Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

Imigração Caribenha e Africana pela Fronteira Trinacional Peru-Bolívia-Brasil: características, especificidades e repercussão social

Resumo

Conectada ao processo de reestruturação produtiva do capital, ampliação da precarização estrutural do trabalho e acirramento das vulnerabilidades sociais, a fronteira trinacional formada por Brasil, Peru e Bolívia, na Amazônia Sul Ocidental, representou nos últimos cinco anos a principal porta de entrada de imigrantes caribenhos (haitianos, principalmente) e africanos (senegaleses, destacadamente) em busca de trabalho em solo brasileiro. O fluxo migratório por essa região foi inaugurado em 2010, juntamente com a abertura da Rodovia Interoceânica, obra que integra o programa de megaprojetos estratégicos da IIRSA, direcionados à viabilização de canais de exportação de recursos naturais e circulação de mercadorias no continente latino-americano. Até junho de 2015 estima-se a passagem de quase 40 mil imigrantes por essa rota, dominada por redes de tráfico de pessoas, envolvendo aliciadores, informantes e coiotes, em um contexto conformado por extensa cadeia de extorsões e violências. Ao chegarem ao Acre, primeiro estado brasileiro de acesso, eles são recebidos em um campo de refugiados mantido pelo poder público, cuja estrutura de serviços assegura a regularização e preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e a ingressar de modo particularmente precarizado no mercado laboral brasileiro. Do ponto de vista da dialética capital-trabalho, o estudo tem por objetivo analisar os condicionamentos históricos, econômicos e sociais desse fenômeno, para situar o caso dessa imigração de caribenhos e africanos no terreno concreto do desenvolvimento capitalista e suas desigualdades internacionais e regionais, assim como refletir sobre as suas repercussões gerais na região.

Palavras-chave: Imigração; Trabalho; Caribenhos; Africanos; Fronteira Brasil-Peru-Bolívia.

Introdução

A partir das mudanças advindas com o processo de reestruturação produtiva, na transição entre as décadas de 1970 e 1980 (ALVES, 2000; HARVEY, 2002), sucedidas pelas novas modalidades de mobilidade do capital e da força de trabalho em diferentes partes do mundo (CHOSSUDOVSKY, 2003; SASSEN, 2011), os debates sobre movimento de trabalhadores e migração nacional e internacional têm ocupado lugar de destaque no contexto da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), notadamente após a eclosão da crise mundial em 2007-2008. Diversas áreas do saber têm contribuído para o estudo desse tema, explorando aspectos teóricos e estudos de caso, que enaltecem a importância da compreensão dos fenômenos, ao mesmo tempo que revelam suas generalidades e diversidades.

Integrada a esse esforço científico está a pesquisa de tese² sobre o fluxo de imigrantes caribenhos (haitianos, principalmente) e africanos (senegaleses, destacadamente) pela fronteira trinacional entre Brasil, Peru e Bolívia, com ingresso pelo território do Estado do Acre, na região da Amazônia Sul Ocidental³, para tentar uma nova vida em solo brasileiro. A discussão apresentada neste breve artigo é resultante dessa pesquisa e objetiva indicar e analisar alguns dos principais condicionamentos históricos, econômicos e sociais do fenômeno, considerando o terreno concreto do desenvolvimento capitalista e suas desigualdades internacionais e regionais. De modo mais específico, pretende também traçar um panorama das suas características, especificidades e desdobramentos mais importantes na região.

Em busca do “sonho brasileiro”, estima-se que entre dezembro de 2010 e dezembro de 2015 mais de 43 mil imigrantes passaram pela fronteira do Estado do Acre. Endividados e transtornados após percorrerem a rota Haiti-Brasil ou Senegal-Brasil, no Acre eram recebidos em um improvisado campo de refugiados, de caráter público, mantido em parceria pelos governos federal e estadual, até a obtenção de documentação e de alguma oportunidade de trabalho no país. A pesquisa acompanhou o dia a dia desse local, onde se desenvolveu um complexo de serviços de atendimento e encaminhamento de imigrantes. Essa estrutura funcionou até fevereiro

² Pesquisa de tese da autora, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, sob orientação dos professores Dr. Fernando Lourenço e Dr. Ricardo Antunes, iniciada em fevereiro de 2014 e com previsão de conclusão em fevereiro de 2018. Oriundos da periferia do capitalismo mundial, em fluxo constante e crescente, caribenhos e africanos aportam na Amazônia Sul Ocidental, na condição de indocumentados, vítimas de redes de tráfico de pessoas, em busca de uma vida socialmente digna e cuja tendência predominante tem sido o trabalho na linha de produção da agroindústria da carne no país. Trata-se de estudo qualitativo, sob a perspectiva crítica do trabalho, à luz do referencial teórico e metodológico do materialismo histórico dialético, aliado a procedimentos técnicos que combinam pesquisa bibliográfica-documental com pesquisa de campo.

³ Refere-se a uma sub-região da Amazônia Legal, que corresponde ao sul e sudoeste do estado do Amazonas e aos estados do Acre e de Rondônia.

de 2016, garantindo a regularização e preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e ingressar de modo particularmente precarizado no mercado laboral brasileiro.

1. A imigração haitiana com destino ao Brasil e seus principais condicionamentos

De colônia mais rica a país mais pobre das Américas, o Haiti possui uma história de formação social, política e econômica bastante particular, que em convergência com situações de desastres socioambientais têm reforçado os fatores de configuração de uma diáspora (JACKSON, 2013). Os regimes escravocratas, as ditaduras militares e as intervenções internacionais, conduzidos por colonizadores e imperialistas, instauraram caos político, espoliação, violência e um profundo abismo entre o Estado e a população local (HALLWARD, 2006). A consequência direta disso tem sido a fuga e a dispersão de nacionais haitianos pelo mundo, com estimativas de 2 a 3 milhões vivendo atualmente fora do país (HAITIAN DIASPORA, 2011; TÉLÉMAQUE, 2012).

Partindo da compreensão de que os elementos geradores do movimento internacional de haitianos estão dispostos em uma história de precarização social, refletida na escassez de trabalho e na miséria crescente, isso vem consolidando deslocamentos de uma vida inteira e estadas temporárias em outros países. Entre as décadas de 1960 e 1980, a fuga dos haitianos combinou incentivos financeiros à perseguição ou ameaças de natureza política, correspondendo a uma migração pelo sistema convencional e legal. Esse movimento de refugiados políticos era composto majoritariamente por membros das classes superiores urbanas, intelectuais, profissionais diplomados, artistas e estudantes, que se opunham à ditadura estabelecida no país. Uma segunda onda, desta vez mais expressamente econômica, iniciou nos anos 1990 e desde então, haitianos em busca de trabalho, cruzam a fronteira por terra em direção à República Dominicana, ao passo que outros deixaram o país em embarcações frágeis e perigosas, com destino aos Estados Unidos e, mais recentemente, muitos recorrem às viagens organizadas por redes de coitagem e tráfico de pessoas para acessar territórios mais distantes (HALLWARD, 2006; TÉLÉMAQUE, 2012).

Atualmente o Haiti vem sendo conduzido oficialmente por instituições internacionais, lideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A atuação dessas forças internacionais foi fortalecida pela concepção e atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que corresponde à oitava missão da ONU no país, definida para atuar por seis meses, a partir de junho de 2004, mas que vem sendo continuamente ampliada, sob liderança do Exército Brasileiro (CARREIRO, 2009).

No curso das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte dos países da periferia capitalista, que restauraram padrões coloniais de exploração, a Minustah viabiliza as condições necessárias para que a política imperialista seja reforçada no Haiti (HARVEY, 2004; SEGUY, 2010). O acirramento desse contexto aconteceu após o sismo de 12 de janeiro de 2010, que deixou 240 mil mortos, aproximadamente 1,5 milhão de desabrigados, reduziu a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, sucedida por grave epidemia de cólera (GOMBATA, 2014; FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014).

Para além da ação humanitária e da missão de paz que divulgam promover, discurso que foi revigorado após o terremoto, as tropas militares têm provido serviços de segurança para possibilitar condições de atuação privada e de cooperação governamental, isto é, assegurando a implantação do projeto neoliberal debaixo de armas no país (COGGIOLA, 2010). Ao impedir a organização social e sindical, a presença militar no Haiti protege os interesses das organizações e empresas internacionais atuantes no país, dentre as quais estão as brasileiras do setor têxtil, construção civil e agroindústria (CHOSSUDOVSKY, 2013). Com a promessa de reconstrução econômica e social com geração de empregos, conduzem uma política para transformar o Haiti em um território composto por zonas francas controladas por maquiladoras, que pagam, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004; SEGUY, 2014).

Decorridos dez anos de ações da Minustah e quatro anos de ajuda humanitária no pós-terremoto, 80% da população continua vivendo abaixo da linha da pobreza e mais de 170 mil pessoas ainda moram em tendas, dispostas em acampamentos a céu aberto (FRESNILLO, 2014). Assim, o modo de existência capitalista expõe as suas faces mais perversas no Haiti, onde o desemprego atinge de 70 a 80% da população; mais de 70% da população ainda vive com menos de 2,0 dólares por dia; o analfabetismo alcança entre 50% e 60% das pessoas; a ausência de água e esgoto favorece a constante disseminação de doenças; o limitado sistema elétrico abastece poucas moradias e é frequentemente cortado; os moradores andam longos percursos porque não dispõem de recursos para custear transporte; a maior parte dos habitantes não existe oficialmente por não possuir documentação (ALMEIDA, 2010; BRITO, 2009; COGGIOLA, 2010; MAMED; LIMA, 2015).

Diante desse quadro de profunda crise social, a população haitiana vem sendo impulsionada ou mesmo forçada a deixar o seu país em busca de melhores condições de vida. Nesse processo, em virtude das dificuldades para acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. As parcerias que o governo, organizações não governamentais e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004, concorreram

fundamentalmente para esse direcionamento. O Brasil se tornou atrativo para os haitianos justamente a partir da liderança da Minustah, reforçada pela presença de brasileiros que atuam de modo contundente na ilha, compartilhando com a população local referências e símbolos socioculturais (MAMED; LIMA, 2015).

Dessa forma, ainda que não fosse o destino preferencial, o Brasil foi o mais procurado pelos haitianos nos últimos cinco anos, e a presença deles no país se ampliou continuamente desde 2010. De acordo com a Polícia Federal brasileira, 39 mil haitianos entraram no país de 2010 até setembro de 2014, tanto pela via considerada legal como pela ilegal (ACNUR, 2014). Já conforme os dados oficiais do Governo do Acre, em um período de cinco anos, até dezembro de 2015, contabilizou-se a passagem de 43.558 imigrantes pelo abrigo público do Acre, dos quais 37.864 eram haitianos (SEDS; SEJUDH, 2015). Esses números tendem a variar conforme a fonte consultada, mas eles são importantes indicadores de que o país passou a ocupar uma posição central nesse fluxo, sobretudo pela maneira como se deu o deslocamento da maior parte desses imigrantes até o Brasil.

De acordo com a morfologia social do trabalho no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2006; 2013; 2014) e conforme o quadro atual de migrações internacionais com referência ao Brasil (BAENINGER; ANTICO, 1996; PATARRA, 2006), desde a década de 1980 o ingresso de imigrantes no país tem sido marcado principalmente por grupos indocumentados, oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades e em diversas circunstâncias.

Desse modo, o fluxo propriamente dito de imigrantes haitianos iniciou-se em dezembro de 2010, ao final do mesmo ano em que ocorreu o sismo, com intensificação registrada entre o final de 2011 e começo de 2012. Naquele momento, o anseio de escapar das restrições econômicas e sociais imperativas do Haiti conjugou-se com um cenário favorável no país, aberto para o recebimento de estrangeiros. A maioria se dizia atraída pela posição do país como mercado econômico emergente, o que fomenta expectativas de conquista de trabalho, emprego, saúde, educação, estudo e estabilidade.

2. A rota pela fronteira trinacional Brasil-Peru-Bolívia

Tendo em vista o direcionamento da política humanitária de reconstrução do Haiti, que vem priorizando os interesses do capital industrial e financeiro, em detrimento das necessidades elementares da população local, a situação permanece crítica no país e o número de pessoas que

se deslocam em direção ao Brasil tem crescido cada vez mais. Para a escolha dos destinos dessa migração há de se considerar a legislação dos países do centro capitalista, que após setembro de 2001 vêm adotando severas restrições à imigração de uma maneira geral, especialmente à chamada migração irregular. Diante disso, podem ser destacadas algumas circunstâncias preponderantes que contribuíram para a incorporação do Brasil na rota do processo migratório dos haitianos. A primeira delas é a presença das tropas brasileiras no Haiti ao longo dos últimos 10 anos, que tem favorecido a difusão da ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso (FERNANDES, 2010; SILVA, 2013).

Contrariando as abordagens superficiais sobre a questão, a motivação para a configuração desse deslocamento não se justifica pela ocorrência do sismo, mas por uma combinação de fatores específicos do contexto haitiano, no qual reestruturação produtiva, mundialização da economia, políticas neoliberais, precarização e desigualdade potencializaram os desdobramentos do terremoto, fortemente marcados por epidemias, desemprego, miséria e fome. A síntese dessas circunstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais concorreu para o estabelecimento de um forte movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil. Compelidos pela crise em seu país de origem e diante das atuais dificuldades para acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida (MAMED; LIMA, 2014, 2013a; 2013b).

Ao longo dos últimos cinco anos, é importante notar que os trajetos adotados por esse fluxo são diversos e se alteram no tempo conforme as facilidades ou dificuldades oferecidas pelos percursos (FERNANDES, 2014; SILVA, 2013). No início desse processo, em 2010, é válido ressaltar que, para as situações de viagem de turismo, somente quatro países da América do Sul – no caso, Argentina, Chile, Equador e Peru – não exigiam visto para a entrada de haitianos no seu território. Mas a partir de 2012 o Peru passou a exigir visto dos haitianos e em 2013 o Equador chegou a ensaiar uma restrição à entrada deles, porém a medida acabou não sendo implementada. Assim, mesmo que existisse a possibilidade de mobilidade para esses países, nenhum deles se tornou o destino final para os imigrantes haitianos, como foi o caso do Brasil (FERNANDES, 2014).

A fronteira trinacional entre Brasil, Peru e Bolívia, com acesso ao território brasileiro pelo Estado do Acre, representou a principal porta de entrada de haitianos no país, até a diminuição do fluxo de chegada ao longo do ano de 2015, em virtude da crise econômica. Até 2013 eles também utilizavam uma rota configurada pela cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, região de divisa entre Brasil, Peru e Colômbia. Contudo, ao chegarem nessa cidade, não

contavam com nenhuma estrutura de apoio local e precisavam seguir de barco para a capital Manaus, em uma viagem de quase cinco dias pela Bacia Amazônica. Aos poucos, as dificuldades encontradas foram tornando o fluxo por esse caminho inconstante e hoje ele está praticamente inviabilizado. Assim, a principal rota de acesso ao Brasil se dava pela Rodovia Interoceânica até o Acre, deslocamento controlado por redes de tráfico de pessoas, com envolvimento de aliciadores, informantes e coíotes, responsáveis pela estruturação de uma densa cadeia de extorsões e violências praticadas contra os imigrantes.

As condições estruturais para a imigração de caribenhos e africanos com destino ao Brasil são asseguradas pela existência da Interoceânica, que é um dos resultados concretos da política de desenvolvimento atualmente em curso na região, viabilizada pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Constituída em agosto de 2000, como resultado da primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada no Brasil, a IIRSA é uma espécie de fórum de diálogo cujo objetivo é a elaboração de projetos e definição de ações para integração da região sul-americana, tendo três principais focos de atuação: infraestrutura de transporte, energia e comunicação.

A lógica que perpassa a concretização da IIRSA está baseada na integração física e comercial da região, por meio de grandes projetos de infraestrutura e modernização, patrocinados por organismos financeiros internacionais, que atende a duas demandas principais: por um lado, a expansão do continente rumo ao Pacífico e ao mercado asiático, que possibilita a exploração do patrimônio natural latino-americano e facilita o escoamento de *commodities* agrícolas e minerais; por outro, a construção de uma rede de infraestrutura entre a Amazônia e o Pacífico sul-americano, visando garantir as condições de abastecimento dos centros industriais. A tendência geopolítica é de encolher e flexibilizar as fronteiras para a integração econômica internacional e assegurar resultados máximos ao livre mercado (CUNHA; CUNHA, 2008).

Com 5.404 km de extensão, a construção da rodovia superou os US\$ 2,8 bilhões, ao custo de mais de US\$ 1,0 milhão por quilômetro, assegurando a ligação terrestre do oceano Atlântico brasileiro ao Pacífico peruano, através do Estado do Acre, especificamente pelas cidades acreanas de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, na fronteira trinacional entre Brasil, Peru e Bolívia. O projeto surgiu em 2000, durante a reunião que deu origem à IIRSA, mas a obra foi iniciada em 2001 e concluída 10 anos depois, em julho de 2011. Um *pool* de empreiteiras brasileiras foi responsável pela execução da obra. Uma delas, a Odebrecht, investiu US\$ 1,25 bilhão para explorar sozinha por 25 anos o maior trecho da estrada, batizado de Interoceânica Sul. São 710 km de asfalto no pedaço que começa em Cuzco, passa por Puerto Maldonado, na região de Madre de Dios (Peru), e chega a Assis Brasil, no Acre (Brasil) (MELO, 2011).

O empreendimento é divulgado como o maior e principal projeto de infraestrutura da América do Sul. Do ponto de vista econômico, a rodovia tem o potencial de facilitar a logística brasileira na relação comercial com a Ásia e o importante mercado chinês, além de criar na região uma nova geografia econômica, vez que ela interliga os portos peruanos com os portos brasileiros, e também se intersecciona com a BR-174, estabelecendo uma conexão com os portos da Venezuela e Caribe. O tempo de viagem, por mar, entre os portos peruanos até o porto de Xangai, na China, é seis dias menor do que a mesma viagem feita com partida nos portos brasileiros. Outra vantagem é a redução do custo das tarifas pagas para a travessia do canal do Panamá, um percurso muito comum entre os navios que partem do Brasil com destino à Ásia (ALMEIDA et al., 2013).

Hoje ela é uma essencial ferramenta de integração regional, muito utilizada pelas empresas que atuam no território peruano, mas ainda pouco empregada para escoar os produtos do Centro-Sul brasileiro, como carne, minério e soja, até a Ásia. Isso porque a rodovia é estreita, sinuosa e remota, o que aumenta os gastos com combustível e manutenção dos caminhões. O Peru possui acordos bilaterais de livre comércio com dez países, sendo que o Brasil ainda não faz parte dessa lista. Inúmeros são os entraves burocráticos para regulamentar o trânsito aduaneiro ao longo da rodovia. Além disso, a estrutura fiscalizatória mantida pelos governos brasileiro e peruano é precária, notadamente no que se refere a policiamento e vigilância sanitária. Paralelamente a isso, uma das dinâmicas mais expressivas nessa rodovia, em termos de volume e valores gerados, tem sido o fluxo de caribenhos e africanos com destino ao Brasil, fazendo com que ela assumira posição central como corredor da mercadoria força de trabalho no continente (PAULA, 2013). Embora tenha sido inaugurada oficialmente em julho de 2011, a rodovia já era plenamente trafegável muito antes, tendo viabilizado a chegada dos primeiros grupos de haitianos ao Acre, ao final do ano de 2010.

A totalidade dos imigrantes que chegam ao país por meio do Acre é indocumentada e vítima das redes, compostas por informantes, aliciadores e coiotes. Esses agentes são, em geral, equatorianos, peruanos e brasileiros, incluindo também os próprios haitianos, que atuam nos diversos países e localidades por onde se estabelece a rota. O deslocamento de imigrantes normalmente inclui viagens de barco ou avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem de carro ou ônibus até o Peru, país de acesso aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre. Como já foi dito anteriormente, até 2013 foram consolidadas duas principais rotas de entrada de haitianos no Brasil, sendo uma pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, e outra por Assis Brasil, no Acre, mas ao passo que a primeira foi sendo desestruturada, a segunda foi sendo reforçada.

De acordo com o que a maioria dos entrevistados da pesquisa relata, os imigrantes saem, em sua maioria, da capital haitiana, Porto Príncipe, e seguem de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana, que fica na mesma ilha. Nesse local compram passagem de avião ou barco e seguem até o Panamá, de onde prosseguem de avião ou de ônibus para Quito ou Quayaquil, as duas maiores cidades equatorianas. Ao desembarcarem no Equador, passam pelo serviço de fiscalização do aeroporto como turistas, se reorganizam durante alguns dias e seguem em viagem para Lima, em ônibus ou veículo fretado, inclusive, segundo alguns relatos, com trechos percorridos a pé, incluindo caminhadas pela mata e o cruzamento de rios. Nesse percurso eles evitam o serviço policial de migração localizado na cidade peruana de Tumbes, na fronteira entre Equador e Peru. Para tanto, os coíotes conduzem os grupos por rotas alternativas até o ingresso em território peruano.

Após isso, já em território peruano, passam pelas cidades de Mâncora, Talara, Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Huaraz, até chegarem a Lima, uma viagem terrestre com duração, em média, de 25 a 30 horas. Em Lima também há uma reorganização da viagem durante alguns dias, mas ela segue por via terrestre, pela Rodovia Interoceânica. Partindo de Lima, passam por Cusco e chegam a Puerto Maldonado, após 25 horas de viagem, aproximadamente. Nessa cidade, os coíotes definem o prosseguimento em táxi ou em carros alugados, que levam os imigrantes, por mais 4 horas, até Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil, a primeira em território brasileiro.

No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal, para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia, seguem até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual dão entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida dos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do Estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigem até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco. Ao todo, a viagem do Haiti ao Brasil tem uma duração média de 15 dias a 20 dias, podendo, em alguns casos, se estender até mais de um mês (MAMED; LIMA, 2014a).

Do Haiti ao Brasil, os imigrantes pagam, em média, de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos até o Acre. O trecho da viagem pelo território peruano, além de ser o mais longo, também é indicado como o mais perigoso. De acordo com inúmeros relatos e denúncias, agentes da polícia peruana, associados a informantes, coíotes e motoristas, compõem uma rede de tráfico

e corrupção, assegurando a dinâmica migratória pela região. Considerando essa escala de pagamentos, as avaliações sobre a movimentação financeira do negócio, embora imprecisas, são vultosas: por um lado, pesquisadores que acompanham os desdobramentos do fenômeno na Amazônia estimam, desde 2010, o custo aproximado de R\$ 6 bilhões em pagamentos à rede de tráfico e corrupção estruturada com o movimento migratório (ARRUDA, 2014); por outro, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) mensura que os valores pagos até hoje sejam de U\$ 60 milhões (MACHADO, 2015a). Em relatos pontuais sobre a viagem, imigrantes lembram que nesse trecho muitos se tornam vítima de roubo, extorsão, cárcere, espancamentos, estupros e até mortes, situação que é agravada pelo desconhecimento da rota, do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados. Assim, ao chegarem ao Acre, muitos apresentam problemas de saúde decorrentes da longa viagem e estão psicologicamente transtornados pela violência que sofreram no caminho (FERRAZ, 2014; MACHADO, 2012; MAMED; LIMA, 2014a).

3. O campo de refugiados do Acre/Brasil: preparação e encaminhamento para o trabalho

Ao chegarem ao Acre, debilitados após semanas de viagem, sem perspectiva de ocupação na região e sem dinheiro para prosseguir viagem até os grandes centros do país, os imigrantes são acolhidos por um complexo de serviços do Estado brasileiro, estruturado em parceria pelos governos federal e estadual. O núcleo desse complexo é o local que serve de acampamento aos imigrantes e já passou por vários endereços nas cidades gêmeas de Brasília e Epitaciolândia (a 230 km da capital Rio Branco), pois precisou sempre ser cada vez maior em razão da demanda de estrangeiros recebidos. Em abril de 2014, o acampamento foi transferido dessa região de fronteira para a capital acreana, onde passou a funcionar em seu oitavo endereço, o segundo apenas em Rio Branco.

O lugar onde o acampamento permaneceu por mais tempo, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, no centro da cidade de Brasileia, funcionou em condições improvisadas e insalubres, reveladoras da condição de precarização a que se submetem os estrangeiros que adentram no Brasil pela fronteira amazônica. Espaço de atenção primordial das visitas de campo, o local em si denunciava a dramática situação dos imigrantes do século XXI, similar à dos imigrantes irlandeses e escoceses na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 2008).

A permanência diária no local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para apenas 200 ou no máximo 300. Embora o último acampamento fosse dotado de ampla infraestrutura para o acolhimento, havia um esforço institucional para que o número de

abrigados não ultrapassasse o limite de 200 pessoas, meta que se buscava atingir com a organização de viagens de grupos, em ônibus fretados, que saem diariamente do abrigo de Rio Branco com destino às cidades do Centro-Sul, como São Paulo e Porto Alegre. Contudo, em dezembro de 2014, a tendência de superlotação do local voltou a ser uma constante e em março e abril de 2015, com a suspensão do serviço de ônibus, o contingente de abrigados ficou em torno de 700 a 1000 pessoas.

Em março de 2015, alegando estar endividado com os pagamentos do aluguel do espaço e dos ônibus fretados, e sem condições de prosseguir com o serviço de acolhimento, o governo acreano solicitou que o governo federal assumisse a gestão do acampamento, tendo em vista que a matéria migratória no país é de competência exclusiva da instância federal (MACHADO, 2015a). Em contrapartida, após cinco anos de acolhimento improvisado, que resultou em uma situação de “calamidade humanitária”, o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou em maio de 2015 uma ação civil pública inédita para exigir do governo federal a adoção de políticas públicas para efetivo acolhimento das pessoas que ingressam no país via Acre, mediante solicitação de refúgio. O objetivo da ação é federalizar as políticas públicas de acolhimento aos trabalhadores migrantes, com a adoção de medidas eficazes de combate ao tráfico de pessoas pelo governo federal (MACHADO, 2015b).

Em todos os locais que serviram de acomodação aos imigrantes, o imprevisto foi uma das características mais notáveis, agravada pela tendência de superlotação. A disposição de desgastados colchões diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comidas, poeira, acúmulo de água e insetos, sempre foi o cenário predominante. Ainda que se tente organizar o abrigo, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda ante uma estrutura limitada, onde não há distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, faz com que esses ambientes logo se tornem insalubres e fétidos, propícios à proliferação de doenças. Associado a isso também está a sobrecarga térmica da região amazônica, fazendo com que diarreias, resfriados e demais patologias virais sejam as principais queixas dos imigrantes (MAMED; LIMA, 2014b).

Conforme indicado anteriormente, o atendimento ao imigrante no Acre foi assumido integralmente pelo governo estadual em parceria com o governo federal, a despeito de algumas iniciativas de associações e entidades religiosas que os ajudaram nos anos de 2010 e 2011. Assim, como parte da política de acolhimento desenvolvida, aos imigrantes é assegurado gratuitamente acomodação, três refeições diárias e orientação. Na própria sede do acampamento existe uma estrutura mínima de serviços, que tanto presta informações ao imigrante, como organiza e

monitora o espaço. Quando adentram a fronteira brasileira, eles já se encaminham para este endereço, onde são recebidos e cadastrados pela coordenação do local, por meio de uma ficha de identificação, que coleta dados sobre seus documentos, procedência, saúde, escolaridade, profissão, destino no Brasil, entre outras informações.

Depois disso, eles recebem as instruções sobre o procedimento de legalização da sua situação e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil. A documentação fica pronta em um prazo de 5 a 20 dias, tornando-os aptos a trabalhar e seguir viagem. Com a documentação em mãos, a maior parte deles permanece no abrigo aguardando o dia da viagem nos ônibus fretados pelo governo, ou a chegada de empresas que os recrutam para levar ao Centro-Sul do país. Eventualmente, quando conseguem receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estão trabalhando em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizam a saída do Acre.

De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Seds) e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), responsáveis pelo atendimento aos estrangeiros que ingressam pelo Acre, nos anos de 2010, 2011 e 2012, os números foram de 37, 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número foi exacerbado no ano de 2013 e 2014, quando 10.779 e 14.333, respectivamente, chegaram até a região. A tendência de crescimento continuou até meados de 2015, mas desde então os números de entrada diminuíram e o ano fechou com o registro da passagem de 9.315 pessoas pela fronteira acreana. Somando-se os imigrantes de outras nacionalidades que chegam pela mesma rota, o número total é de 43.558 (SEDS; SEJUDH, 2015).

Até o ano de 2012, os grupos que chegavam ao Acre eram compostos, em sua quase totalidade, por haitianos homens e jovens, com idade entre 20 e 35 anos, e não havia tanta regularidade no fluxo. Entretanto, nos últimos dois anos, os grupos se diversificaram e agora apresentam, além de homens, mulheres (com filhos e/ou gestantes), crianças, adolescentes, pessoas mais velhas (acima de 40 anos) e famílias. Eles também possuem hoje uma regularidade, com a chegada média de 30 a 50 imigrantes por dia ao acampamento sediado em Rio Branco. De modo geral, o público recebido e abrigado é composto de 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças.

Os homens chegam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegem um membro para tentar trabalhar e estudar no Brasil, e posteriormente ser capaz de receber os outros parentes. Por sua vez, as mulheres, acompanhadas ou não dos filhos, na maioria dos casos, buscam ir à cidade na qual seus parentes ou companheiros já estão trabalhando no Brasil. Vários são os mecanismos utilizados pelos imigrantes para reunir os recursos financeiros

destinados ao pagamento da viagem e do serviço das redes: i) a família solicita ajuda financeira dos parentes que moram fora do país, como Estados Unidos, Europa ou já no Brasil; ii) outra possibilidade é a busca de recursos por meio da venda do que existe de bens na família (residência ou propriedade rural, por exemplo), ou do financiamento, com a hipoteca deste eventual bem; iii) em muitos casos também recorrem a empréstimos com redes de agiotagem.

Independente da forma utilizada, o fato é que o imigrante chega ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal. Com relação a esse aspecto, é importante pontuar que o Estado haitiano torna-se diretamente favorecido, em virtude do importante fluxo econômico de remessas⁴ enviadas pelos nacionais que saem do país aos seus parentes no Haiti (MAMED; LIMA, 2015).

A consolidação da rota migratória inaugurada pelos haitianos até o Acre favoreceu a chegada de imigrantes de outros países ao acampamento público montado na região. Os dados do governo acreano indicam que 17 diferentes nacionalidades, além do Haiti, possuem registro de passagem pelo Estado: Bahamas (01), Bangladesh (03), Colômbia (22), Costa do Marfim (01), Cuba (09), Equador (05), França (02), Gâmbia (14), Gana (10), Mauritânia (01), Namíbia (01), Nigéria (14), República Dominicana (410), República dos Camarões (03), Senegal (5.196), Serra Leoa (01), e Togo (01) (SEDS; SEJUDH, 2015).

Dentre eles se destacam os imigrantes advindos do continente africano, especialmente os senegaleses, cujo número vem crescendo de modo considerável desde o ano de 2013, fazendo deste o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre⁵. Entretanto, embora a chegada ao Acre seja, em grande parte, pela mesma rota entre Equador, Peru e Brasil, e todos sejam recebidos igualmente no acampamento de imigrantes, a convivência entre eles nem sempre é cordial e solidária. No caso dos africanos, é importante assinalar que em suas entrevistas muitos

⁴ As remessas correspondem à fração dos salários dos trabalhadores imigrantes que é enviada aos parentes que ficaram no país de origem. Estudos indicam uma proporcionalidade direta entre o volume do fluxo migratório e o valor total das remessas, de modo que, quanto maior for o contingente migratório, maiores serão elas. No caso do Haiti, as remessas dos imigrantes superam as exportações haitianas, sendo ele o oitavo país mais dependente de remessas externas do mundo, algo que representa entre 20 e 25% do seu PIB. Mais de um terço da população adulta do país recebe remessas regulares, sendo a maior parte proveniente dos Estados Unidos. Com a intensificação da imigração após o sismo de 2010, dados do BID indicam que o volume delas apresenta-se em crescimento: em 2010 era de apenas U\$ 1,3 bilhão; em 2011, foi de quase US\$ 2,1 bilhões; em 2012, alcançou U\$ 1,82 bilhões (CEPAL, 2006; MALDONADO; BAJUK; HAYEM, 2012; SÓNEGO, 2012). A pesquisa ainda não localizou dados específicos de remessas de haitianos a partir do Brasil para o Haiti nos últimos cinco anos e aguarda o retorno de algumas consultas protocolizadas ao sistema financeiro nacional.

⁵ Sobre a rota percorrida por esses imigrantes, eles informam em suas entrevistas um percurso que inicia de avião, em Dakar, capital senegalesa, realiza escala em Madri, na Espanha, e prossegue para o Equador. Ao chegarem em Quito, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, via Interoceânica. Os senegaleses justificam a vinda ao Brasil em razão das oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo e Olimpíadas, pela demanda de mão de obra muçulmana na indústria da carne de segmento halal e pela facilidade da rota, além das experiências de compatriotas que já se consolidaram em cidades brasileiras (MACHADO, 2014; MAMED; LIMA, 2015).

relatam em suas trajetórias inúmeras tentativas frustradas de acessar a Europa, razão pela qual as redes de coiotagem apresentam a possibilidade de seguir para o Brasil, que eles dizem aceitar pela facilidade da documentação, apesar dos transtornos da viagem.

No espaço do acampamento, a convivência entre diferentes nacionalidades, em especial nos momentos de superlotação, sempre exige atenção redobrada da administração, que em algumas ocasiões já chegou a requisitar reforço policial para o interior do local. Os grupos se mantêm distanciados, inclusive fisicamente, vez que os caribenhos e latinos ocupam as áreas mais coletivas, ao passo que os africanos, principalmente os senegaleses, definem no local um território específico para o seu grupo. Há diferenças econômicas, culturais e religiosas entre eles e quando a lotação do abrigo está excessiva, a tensão é mais notável. O temor pela falta de água, comida, espaço e atenção gera tumultos e desentendimentos, seja na fila do atendimento administrativo ou da distribuição de alimentos. A própria concorrência por vagas de trabalho, quando empresas visitam o acampamento, ou por vagas nos ônibus que os transportam, afligia os imigrantes e os colocavam em disputa entre si no interior do abrigo.

Mesmo considerando que a viagem subsidiada pelas redes é dispendiosa, longa e perigosa, em entrevistas, os imigrantes alegam que esta é a melhor estratégia para conseguir ingressar no Brasil, com a certeza de serem documentados ao chegarem ao Acre e sem riscos de deportação. Segundo eles, o processo para aquisição de visto regular na embaixada do Brasil em Porto Príncipe é burocrático e demorado, sem oferecer garantias de que será positivo, pois é exigida a apresentação de uma série de documentos que eles não conseguem cumprir, como atestado de antecedentes criminais, nível de escolaridade e experiência profissional. Além disso, eles relatam a existência de redes de corrupção na própria embaixada, com a venda de lugares nas filas de serviços e cobranças de valores para emissão facilitada do visto.

Desse modo, ao chegarem à fronteira brasileira na condição de indocumentados, todos são oficialmente solicitantes de refúgio, por orientação do próprio governo brasileiro, que, após análise dos pedidos, nega a concessão desta condição a eles. No caso da comunidade haitiana, a política migratória brasileira atua de modo bastante específico, com base na Resolução nº 97/2012, do CNIg, órgão do MTE. Mediante o pedido de refúgio feito na Polícia Federal, essa norma assegura a eles a concessão de um visto especial de residência por questões humanitárias, com validade de cinco anos, podendo ser renovado se provada a condição trabalhista regular no país (MTE; CNIg, 2012). Assim, os haitianos contam com mais celeridade na regularização da sua situação e com o protocolo do pedido de refúgio humanitário em mãos, podem fazer a retirada do Cadastro de Pessoa Física (CPF) na Receita Federal ou nos Correios, assim como a Carteira de Trabalho e Previdência Social, em até uma semana.

Por sua vez, os imigrantes de outras nacionalidades também fazem solicitação de refúgio, mas como eles não dispõem do mesmo amparo dado aos haitianos, que assegura o visto automático, os seus processos seguem o trâmite convencional da polícia, durando cerca de 10 a 20 dias para que eles tenham acesso ao protocolo do pedido e possam dar prosseguimento à retirada dos outros documentos. Assim, além das diferenças econômicas, culturais e religiosas bem demarcadas entre os grupos, há um fator de ordem política que distingue os haitianos dos demais, contribuindo para o acirramento das relações entre os imigrantes⁶.

O documento chamado de “visto de permanência provisória por motivos humanitários”, recebido pelos haitianos, ainda que garanta certa agilidade no trâmite burocrático, os mantém em uma condição de provisoriedade e precariedade. Esse arranjo legal da política brasileira evita a deportação dos imigrantes que chegam ao país, vez que a lei proíbe a deportação de solicitantes de refúgio durante o período de tramitação do pedido. Da mesma forma, os imigrantes de outras nacionalidades, por também serem solicitantes de refúgio, não são deportados, mas obtêm o visto provisório com permissão para trabalhar, que é prorrogado de seis em seis meses até uma decisão final sobre a questão do refúgio⁷. Essas circunstâncias questionam o discurso humanitário, que recebe, abriga e documenta os imigrantes para que eles possam se inserir no universo laboral, mas não assegura a permanência e proteção definitivas desses trabalhadores no país.

Conforme os registros do governo do Acre e do acompanhamento realizado em campo pela pesquisa, nos cinco anos de atendimento prestado aos imigrantes, inúmeras empresas estiveram no Estado para recrutá-los, algumas mais de uma vez. As que mais se destacam nesse processo são as do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, todas elas estabelecidas

⁶ No acampamento de imigrantes, em abril de 2015, entrevistados relataram situações típicas de conflito entre os abrigados: haitianos furtavam passaportes de outros haitianos para vendê-los aos senegaleses, que possuíam mais recursos financeiros e compravam estes documentos na tentativa de se passarem por haitianos e conseguirem regularizar sua documentação com mais brevidade.

⁷ No Brasil, de acordo com a Lei 9.474/1997, o refúgio é concedido quando o estrangeiro comprova que sofreu perseguição política, étnica ou religiosa no país de origem. Assim, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, entende que a situação dos haitianos indocumentados que chegam ao país pelo Acre não se coaduna com as exigências normativas para concessão de refúgio. O problema passou então para a apreciação do CNIg, responsável pelas políticas nacionais de migração, que concede aos haitianos o visto humanitário. Posteriormente, diante da nova situação imposta pela chegada de imigrantes indocumentados de outras nacionalidades, a estes são concedidos vistos provisórios com permissão para o trabalho, até que o Conare avalie a pertinência da solicitação de refúgio. No mundo, segundo o último relatório do ACNUR, o número de refugiados em 2013 era de 51,2 milhões, superando a marca de 50 milhões pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Além desses, a estimativa da ONU é de haver cerca de 33,3 milhões de pessoas deslocadas internamente no globo (ACNUR, 2014a). Já no Brasil, de acordo com os últimos dados do CONARE, de outubro de 2014, o país possui 7.289 refugiados reconhecidos, de 81 nacionalidades distintas (25% deles são mulheres), incluindo refugiados reassentados. Os principais grupos são compostos por nacionais da Síria, Colômbia, Angola e República Democrática do Congo. Este perfil vem mudando gradualmente desde 2012, quando o país adotou uma cláusula de cessação de refúgio aplicável aos angolanos e liberianos, com base em orientação global expedida pelo ACNUR, de maneira que, conforme a Portaria nº. 2.650/2012 do Ministério da Justiça, estes estrangeiros estão recebendo a residência permanente no país, em substituição ao estatuto de refugiado (ACNUR, 2014b).

no Centro-Sul do país, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (SEDS; SEJUDH, 2013; 2014; 2015).

O perfil do estrangeiro escolhido pelas empresas era bastante específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral. Os imigrantes sem esse perfil tinham mais dificuldades de recrutamento, como é o caso de idosos, doentes e mulheres com filhos. No movimento deles pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação como força de trabalho e sua contratação, revelavam algumas características importantes sobre a seleção e a organização do trabalhador imigrante no Brasil. Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, com representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, os contornos mais sutis desse processo eram evidenciados.

A partir do momento que o fluxo migratório pelo Acre evidenciou seu caráter permanente e crescente, houve a demanda por uma estrutura específica para o acolhimento e a regularização deles. Paralelamente a isso, o MTE e a Secretaria-Geral da Presidência da República estabeleceram redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade de imigrantes no acampamento acreano, de acordo com o perfil deles cadastrado, incentivando a contratação desses trabalhadores (SEJUDH, 2013; TERRA, 2013). Feito isso, as empresas interessadas passaram a procurar as secretarias estaduais responsáveis pela gestão do acolhimento.

Em campo foi possível observar que o anúncio da chegada de uma firma ao acampamento era motivo de grande estímulo para os imigrantes, que prontamente se disponibilizavam a participar dos processos de seleção realizados por elas, pois isso os aproximava do sonho de começar a trabalhar e refazer a vida no Brasil. Uma ou duas semanas após o contato institucional, os representantes da companhia chegavam à cidade e ao abrigo para organizar a triagem e a viagem do grupo escolhido.

Em muitos casos, isso era feito em ônibus fretado, que vinham da cidade de origem da empresa, apanhava os imigrantes e retornava. Em situações que envolviam menor número de pessoas, o coordenador do acampamento ficava encarregado de adquirir as passagens e embarcar os selecionados no aeroporto ou na rodoviária da cidade, com destino à cidade-sede da firma. Já em casos de maior contingente, as empresas enviavam equipe até a sede do acampamento, que improvisava uma espécie de escritório no seu interior ou em área próxima, e realizava neste local a seleção criteriosa dos trabalhadores.

No processo de triagem se verificava, por exemplo, o porte físico do imigrante, a espessura das suas mãos e canelas, o que indicava, segundo o contratante, se a pessoa estava ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observava a estatura, a condição da pele e,

em alguns casos, até a genitália do trabalhador, para identificar a presença ou não de hérnias, que, de acordo com os avaliadores, manifesta maior ou menor disposição física para a atividade braçal e pesada, e até inviabiliza a execução desse tipo de atividade.

A empresa definia com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após o período de 90 dias de experiência é que a empresa decidia a permanência ou não do funcionário no seu quadro. Finalizada a seleção e organizada a viagem, eles partiam em ônibus fretados pelas empresas com destino aos seus futuros locais de trabalho. Importante ressaltar, ainda, que em muitos casos, na cidade onde iriam se fixar, os imigrantes eram alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e vida do novo operário passava a ser ordenada e controlada diretamente.

Ao longo dos últimos cinco anos, essa prática predominou até julho de 2014. Posteriormente, como a orientação política do governo passou a ser o envio dos imigrantes para outras cidades e estados, a presença de empresas contratantes no Acre tornou-se desnecessária, já que os imigrantes iam ao encontro delas no Centro-Sul brasileiro.

4. Repercussão social do fluxo de caribenhos e africanos pela Amazônia Sul Ocidental

Se, por um lado, o imprevisto e fragilidade da política de assistência aos imigrantes tendem a comprometer uma inserção segura deles na sociedade brasileira, por outro, isso também gerou grande repercussão na região acreana. As cidades gêmeas de Brasileia e Epitaciolândia, onde aconteceu o acolhimento dos imigrantes entre dezembro de 2010 e abril de 2014, foram notadamente sobrecarregadas. Com pouco mais de 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente, modesta economia e dependentes do repasse de recursos federais, elas sofreram o impacto do intenso movimento migratório. Tendo em vista a limitada estrutura dos serviços públicos locais para o atendimento dos seus moradores, ao longo desses anos, esta mesma estrutura precisou acomodar o atendimento dos imigrantes. Assim, a comunidade se sentiu ressentida pela histórica falta de atenção do poder público aos problemas locais, especialmente quando acompanhava a mobilização de esforços institucionais e financeiros para gerenciar a passagem dos estrangeiros pela região (MAMED; LIMA, 2014b).

Aos poucos essa situação foi estimulando reações adversas de hostilidade, permeadas por preconceito social e de raça. Em entrevistas realizadas com profissionais e moradores dos mais diversos segmentos sociais da região, a pesquisa constatou que a maior parte era contrária ao atendimento prestado aos imigrantes. No primeiro momento da passagem deles pela fronteira,

era distinto o aspecto humano e solidário do acolhimento, que mobilizou toda a comunidade em prol da ajuda humanitária. Contudo, diante dos anos de prosseguimento de uma política improvisada e de funcionamento precário dos acampamentos, a população foi alterando sua percepção sobre a situação. Com os moradores locais, os imigrantes disputavam diariamente por vagas nas filas dos postos de saúde, hospitais, agências bancárias e postais. Mesmo os comerciantes, que eventualmente tinham os imigrantes como clientes, reclamavam da excessiva presença deles na região.

As tensões entre a comunidade local e os imigrantes também se intensificavam nos momentos de superlotação do acampamento, vez que a consequência imediata era a sobrecarga dos serviços públicos. Em geral, quando isso acontecia, a repercussão da situação na mídia recobrava do governo uma atuação mais específica, que adotava então como alternativa paliativa a aquisição de passagens rodoviárias para encaminhar grupos de imigrantes a cidades do país onde tivessem amigos ou parentes que pudessem encaminhá-los a postos de trabalho.

Aos poucos, configurou-se um contexto social na região e dentro do próprio abrigo suscetível a conflitos e emergências sanitárias. Além disso, as denúncias sobre a degradante situação dos imigrantes no superlotado acampamento de fronteira do Acre assumiram grande repercussão nacional e internacional. O conjunto dessas questões e preocupações motivou os governos federal e estadual a encerrarem as atividades do acampamento na região de Brasileia e Epitaciolândia, em abril de 2014, ao mesmo tempo que operaram a abertura de um outro em Rio Branco.

Identificados genericamente como "haitianos", os moradores locais reconhecem os imigrantes pela cor da pele, fala e vestimenta diferenciadas, e por andarem sempre em grupos pela cidade. Ao longo do segundo semestre de 2014, em virtude da epidemia de ebola registrada no continente africano, assunto que dominou o noticiário nacional e internacional, todos os que chegaram ao Acre, fossem caribenhos ou africanos, logo ficaram estigmatizados como transmissores da doença e ameaças à saúde local. Muitas autoridades se manifestaram na imprensa, ora reforçando a preocupação com a chegada da epidemia via imigrantes, ora alegando esta situação para exigir do governo federal verbas e equipamentos para o controle sanitário da fronteira. À época, ocorreu uma espécie de “institucionalização do medo”, reforçada pela abordagem midiática (SILVA B., 2014, p. 5).

A chegada dos imigrantes caribenhos e africanos não chegou a representar grandes mudanças na rotina da comunidade local. Isso se relaciona, por um lado, com o fato de o Acre possuir uma formação social vinculada, em suas diferentes fases, ao processo geral de desenvolvimento das forças produtivas, divisão internacional do trabalho e migração de

trabalhadores (LIMA, 1994; MAMED, 2005; MARTINELLO, 2008); por outro, com a condição de estar em um contexto de tríplice fronteira, marcada por trajetórias individuais e coletivas de brasileiros, peruanos e bolivianos, em permanente trânsito pelos três países fronteiriços. Em uma região quase isolada da Amazônia, com a qual, por muito tempo, só existia conexão aérea, esse talvez fosse apenas mais um fluxo em um contexto de fluxos. Assim, em geral, o contato da população com os imigrantes é lembrado pela serenidade e solidariedade (SILVA B., 2014).

Contudo, esse mesmo contexto de fluxos apresenta uma precariedade econômica e social, o que rapidamente fez dos migrantes uma “minorias visível”, identificados pela cor da pele e cultura diferenciadas, mas também por sua própria vulnerabilidade social, motivo de reclamação dos moradores pela permanência ociosa deles nos espaços públicos, pelas longas filas formadas nos serviços de assistência das cidades, principalmente em postos de saúde, ou nos serviços policiais e bancários. E essa estrutura de serviços, na maioria dos casos, antiga e restrita, evidenciou o impacto sofrido nas cidades acreanas pela passagem dos novos imigrantes.

O bairro onde está localizado o atual acampamento de imigrantes, embora pouco povoado e distanciado das áreas mais centrais da cidade, vem sendo dinamizado comercialmente, com a abertura de pequenos comércios na varanda das casas dos moradores, visando à venda de alimentação e bebidas aos estrangeiros. Nesses pontos, que também chegam a disponibilizar aparelho de televisão, rádio ou sinal de internet para atrair clientes, os imigrantes tendem a se aglomerar e passar boa parte do dia. Com a superlotação do abrigo, gerando falta de água e entupimento de vasos e fossas sanitárias, os moradores do entorno também passaram a negociar a entrada dos imigrantes em suas casas para o uso do banheiro e lavagem de roupas, mediante o pagamento de valores entre R\$ 2,00 e R\$ 5,00. Em outro polo dessa dinâmica, a associação que representa os moradores do bairro vem questionando o governo estadual sobre a manutenção do acampamento na localidade, alegando especialmente as más condições de higiene dos imigrantes. Esses discursos frequentemente associam os imigrantes a práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis.

Considerações Finais

A breve discussão apresentada buscou delinear os principais contornos dos fluxos de caribenhos e africanos, com destaque para o caso dos haitianos, que ingressam no Brasil por meio do Acre, após configuração de uma rota pioneira, de trajeto longo, segmentado e elevado custo, percorrida sob a coação de redes de tráfico de pessoas. A chegada desses imigrantes indocumentados, em condições de profunda vulnerabilidade, grande volume e curto espaço de

tempo, vem impactando a sociedade local e desafiando a capacidade governamental para sua assistência, em um contexto de competição generalizada pelos recursos do Estado.

Apesar da dinâmica singular desse processo, sua proporção e questões demandadas, predomina uma certa invisibilidade política do problema no plano nacional, situação que acentua o perfil de fragilidade apresentado por esses imigrantes desde a saída do seu país de origem. Ao ingressarem no país como solicitantes de refúgio, eles acabam sendo documentados provisoriamente e passam a ter acesso a um visto que os permite a inserção no mercado de trabalho e somente pode ser renovado com a comprovação de que estejam trabalhando regularmente no país.

Assim, ao receber, abrigar, alimentar e documentar esses imigrantes, mesmo em condições limitadas, pensando sua humanidade em termos de sobrevivência, e de modo parcial, em virtude da provisoriedade e do condicionamento para acesso e renovação do visto, o Estado brasileiro confirma o entendimento de que o imigrante só tem sentido pelo trabalho, devendo ser funcional aos setores produtivos, pois, em geral, é esse o horizonte integrativo na concepção de quem hospeda (SAYAD, 1998).

A migração de caribenhos e africanos, notadamente de haitianos e senegaleses, não é um fenômeno que não se vincula a uma determinação subjetiva ou a fatores isolados. A lógica do desenvolvimento desigual, aspecto intrínseco do capitalismo, fornece as pistas necessárias para uma compreensão dialética desse movimento de trabalhadores pelo mundo. Os desdobramentos nos contextos de destino são notáveis (CASTLES, 2005), pois o fluxo desses contingentes humanos rumo aos países centrais e mais recentemente ao Brasil aparece como necessidade do capital (HARVEY, 2011).

Historicamente esse fluxo resulta em pressão para rebaixamento do salário da classe trabalhadora nos lugares e contextos de ingresso, em decorrência do aumento do exército industrial de reserva, que, por sua vez, reforça as estruturas de controle social (ENGELS, 2008). Com essa renovada pressão econômica e social, a acumulação capitalista tende a ser calibrada e impulsionada. Desse modo, o caso em particular dos haitianos sintetiza o modo pelo qual o modo de produção capitalista, em seu movimento global, vem gestando massas de desempregados submetidos a condições de extrema precariedade, que se deslocam compulsoriamente em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais, e, no mesmo movimento, provoca reações (BASSO, 2013; CHOSSUDSKY, 2003).

Na conjuntura de mundialização do capital, o padrão de acumulação vigente cada vez mais se sustenta na força de trabalho precária, flexível, representada em grande parte por imigrantes, que podem ser considerados “a ponta do *iceberg* de precarização” das condições de

trabalho no capitalismo atual (ANTUNES, 2013; BASSO, 2013). O deslocamento internacional de trabalhadores, que tende a se acentuar cada vez mais, está condicionado pelas relações de força e pelos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades de desenvolvimento socioeconômico entre os Estados-Nação (BASSO *apud* VILLEN, 2012). Junto a isso, deve-se considerar que a expansão da economia capitalista sempre encontrou apoio estrutural na mobilidade internacional da força de trabalho e do capital, em busca de fontes mais baratas, capazes de assegurar sua valorização ampliada (CHOSSUDSKY, 2003).

Face a essa tendência histórica e estrutural do capital, condições específicas singularizam o caso do movimento de trabalhadores caribenhos e africanos pela Amazônia acreana: desde a decisão da viagem, gestada por questões socioeconômicas e viabilizada por redes de tráfico de pessoas e coitagem que os transportam até o Brasil, incluindo o modo como são recebidos e preparados como força de trabalho pelo Estado, ação diretamente articulada às necessidades de recrutamento das empresas dos setores aquecidos da economia nacional. Por esse conjunto de situações, esse processo migratório tende a representar um “padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro”, no qual a condição de imigrante pobre, endividado, negro, sem conhecimento da língua, sem documentos ou recursos, passa a incidir na própria divisão do trabalho (VILLEN, 2012, p. 6).

O caso específico dos imigrantes caribenhos e africanos é ilustrativo, portanto, das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista (GAUDEMAR, 1979). Ao buscar o significado sociológico desse movimento internacional de trabalhadores, a pesquisa tem possibilitado o exame de formas especialmente violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista e sua particularidade no Brasil, que desumanizam o trabalhador de forma inusitada para garantir a dinâmica da sua reprodução (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; FILGUEIRAS, 2013; NELI; NAVARRO, 2013). Isso acontece fundamentalmente porque, na sua dialética, mesmo baseado em tecnologias de última geração, o capital combina formas modernas de exploração do trabalho a formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas (MARX, 1985). No caso dos imigrantes que aportam no Acre, essa combinação é exacerbada pela condição de extrema dependência e vulnerabilidade social a partir da qual eles são disponibilizados ao capital.

No plano mais geral, o intenso fluxo de estrangeiros na região revela-se associado às mudanças ocorridas nos setores da indústria e de serviços do Brasil, acompanhando o desenvolvimento destes, o que faz gerar grandes demandas por força de trabalho, especialmente por aquela de perfil menos qualificado. O mapa dos empregos no Brasil revela que o aumento no

volume de colocações vem ocorrendo, sobretudo, em categorias com baixos salários, no setor administrativo, de comércios e serviços, construção civil e agropecuário, que se caracterizam pela intensa rotatividade da força de trabalho (IBGE, 2013; DIEESE, 2011). Em razão disso, o país é atualmente o segundo maior mercado mundial para o trabalho temporário. Na medida em que a força de trabalho menos escolarizada e preparada continua a ser amplamente utilizada, isso permanece servindo de estímulo ao deslocamento de contingentes populacionais que vivem em regiões onde as possibilidades de trabalho, emprego e sobrevivência são praticamente nulas.

Desse modo, as vias desse circuito e as redes que se estruturam a partir dele podem gerar, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência de imigrantes para o Brasil. Nesse sentido, desde a estruturação do primeiro acampamento público na região de fronteira, diversas empresas estabeleceram contato e vêm contratando a disponível força de trabalho imigrante. E quando esse curso de contratações por sofreu oscilações, a articulação governamental encontrou alternativas para assegurar que a chegada, o acolhimento, a documentação e o encaminhamento deles para o trabalho não fosse interrompido.

Na Amazônia acreana configurou-se, portanto, um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece (MAMED; LIMA, 2015). Os imigrantes que entraram no Brasil pela Interoceânica, referenciada como a “saída” do corredor de exportações da região amazônica, eram “convertidos na mercadoria força de trabalho” e passavam a ser “exportados” para outras unidades da federação (PAULA, 2013, p. 202). Esse contexto de homens, mulheres e crianças “amontoados”, em uma espécie de “curral de refugiados”, em condições subumanas, “disputando” refeições, em quantidade e qualidade duvidosas, aguardando documentos para lhes assegurar uma “sub-cidadania controlável”, reduzidos à condição de “mão-de-obra disponível” a empresários que os submetiam a algum tipo de avaliação para definir se estavam aptos ao trabalho, evidenciam os aspectos mais dramáticos da crise humanitária que se processou na região, mas que seguiu velada, acompanhada de forma conivente e naturalizada por amplos segmentos da sociedade e instituições (ALBUQUERQUE, 2013, p. 12-13).

Nessa dialética do movimento de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil, de um lado, registra-se, segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), vinculado ao MTE, que entre os anos de 2011 e 2013, o número de imigrantes no mercado de trabalho formal do país cresceu 50,9%, sendo atualmente os haitianos a principal nacionalidade, vez que a população empregada desses imigrantes cresceu, aproximadamente, dezoito vezes, passando de 814 em 2011 para 14.579. Essa posição de destaque foi reconfirmada em 2014, com 17.577

haitianos empregados (CAVALCANTI et al., 2014; 2015). Por outro, surgiram denúncias e investigações de superexploração e trabalho escravo desses imigrantes no país. Destes, quatro alçaram maior repercussão, a partir de ações que resultaram no resgate de 133 haitianos que trabalhavam para empresas de construção civil e têxteis (WROBLESKI, 2014a; 2014b).

O debate sobre a questão da humanidade, dos direitos, da cidadania para imigrantes dinamiza a pauta do fenômeno migratório internacional. Todos esses elementos dizem respeito à inclusão social do imigrante, que na realidade tende a ser precária (TOLENTINO, 2009), já que na trajetória laboral construída por eles, são evidentes as marcas da superexploração e discriminação, apresentando sempre os salários mais baixos e encarregados das tarefas mais braçais, manuais, perigosas e insalubres (BASSO, 2013). Dirigido ao contexto do Acre, esse debate evidencia que a generosidade invocada pela concessão de vistos humanitários não substitui o que deveria ser uma efetiva e transparente política migratória do Estado brasileiro, capaz de minimizar as deficiências de assistência e proteção (VÉRAN et al., 2014).

O exame do material apanhado em campo tem possibilitado tanto a identificação dos condicionamentos históricos, econômicos e sociais desse processo, quanto o registro das principais repercussões sociais dele na região acreana. Da mesma forma, tem viabilizado uma caracterização socioeconômica dos imigrantes de passagem pela região, e revelado os principais modos de inserção deles na sociedade brasileira, com a identificação das dificuldades enfrentadas em suas trajetórias e o mapeamento das estratégias de mobilidade econômica e de reconhecimento social, construídas em um cenário adverso, marcado tanto pela ausência de documentação quanto pela discriminação.

Portanto, a experiência dessa pesquisa deverá iluminar a análise sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e o papel da força de trabalho imigrante no atual contexto. A fim de compreender o significado sociológico do movimento de caribenhos e africanos pela fronteira trinacional entre Brasil, Peru e Bolívia, via Acre, o desafio da pesquisa é contemplar, no plano geral e particular, o cenário capitalista mundializado e as características do caso brasileiro, seu contexto produtivo desigual e combinado, sua tendência à exploração redobrada do trabalhador, e que agora passa a demandar e integrar em seus processos produtivos imigrantes socialmente vulneráveis como os haitianos e demais caribenhos e africanos.

Referências

ACRE. Secretaria de Desenvolvimento Social do Acre. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2015.

_____. _____. _____. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2014.

_____. _____. _____. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2013.

ADITAL. **Mais de 250 mil pessoas perderam direito à nacionalidade dominicana**. São Paulo, SP, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79391&langref=PT&cat=>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Deslocamento forçado no mundo ultrapassa 50 milhões de pessoas**. São Paulo, SP: ACNUR-Brasil, 2014a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-no-mundo-ultrapassa-50-milhoes-de-pessoas/>> Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. **Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014**. ACNUR-Brasil, São Paulo, SP: ACNUR-Brasil, 2014b. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ALBUQUERQUE, G. R. **Haitianos, africanos e outros sujeitos diaspóricos em trânsitos pelas Amazônia**s. 2013. (In Press).

ALMEIDA, C. A.; SELEME, R.; CARDOSO NETO, J. Rodovia Transoceânica: uma alternativa logística para o escoamento das exportações da soja brasileira com destino à China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 351-368, 2013.

ALMEIDA, E. Cartas do Haiti: relatos da situação num país em luta pela sua soberania. **Resistir.info**, Lisboa, Portugal, v. 2, fev. 2010. Disponível em: <http://resistir.info/a_central/cartas_haiti.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

ARRUDA, I. Na periferia da alagação. **Jornal A Gazeta**, Rio Branco, AC, 16 mar. 2014. Acre Economia. Suplemento.

BAENINGER, R.; ANTICO, C. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP: FUNAP, v. 2, 1996, p. 259-268.

BASSO, P. Imigração na Europa. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 29-53.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Resultado da aplicação do questionário sobre a situação dos/as migrantes e/ou solicitantes de refúgio no abrigo de Brasília/AC:** para uso interno do Serviço Público Federal. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério Do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa n. 97** – Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, DF, 12 jan. 2012.

BRITO, S. Ocupação do Haiti é agressão imperialista. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, RJ, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CARREIRO, M. Brasil no Haiti: o desastre da Minustah. **Revista Tempo Presente**, Rio de Janeiro, RJ, Ano 4, n. 2, 2009.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa, Portugal: Fim de Século, 2005.

CAVALCANTI, L. et al. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:** relatório anual 2015. Brasília, DF: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:** relatório anual 2014. Brasília, DF: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. Raízes históricas da crise social no Brasil: o papel do FMI. **Resistir.info**, Portugal, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://resistir.info/chossudovsky/brasil_21jun13.html>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **Globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. Lisboa, Portugal: Caminho, 2003.

COGGIOLA, O. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**, Salvador, BA, n. 14, jun. 2010. Disponível em <<http://oolhodahistoria.org/n14/artigos/coggiola.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CEPAL. **La migración internacional en América Latina y el Caribe:** tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago, Chile, 2006. Disponível em <<http://www.eclac.cl/celade/default.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CUNHA, D. M. C.; CUNHA, R. F. As falácias do modelo de integração regional e comercial: desnudando os interesses da IIRSA na fronteira amazônica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 2008, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: UFPA, 2008. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT8-144-1153-20081204101052.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2013.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, SP, 2011.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 55-73.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

FERNANDES, D. (Coord.). **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Belo Horizonte, MG: Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População;

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Ministério do Trabalho e Emprego; Organização Internacional para Migração, 2014. (Relatório Final de Pesquisa).

_____; MILESI, R.; FARIAS, A. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório**. Brasília, DF: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=214:do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio&catid=89&Itemid=1210>. Acesso em: 30 jan. 2015.

FERNANDES, J. S. Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, MG, n. 22, p. 1-3, 2010. (Série Cenários PUC Minas). Disponível em: <http://www.pucmg.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100323112219.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FERRAZ, L. Rede de coites controla tráfico de haitianos ao país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 27 maio 2014.

FILGUEIRAS, V. Trabalho análogo ao escravo e o limite da relação de emprego: natureza e disputa na regulação do Estado. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, London, v. 2, n. 2, p. 187-218, 2013.

FRESNILLO, I. Haiti, quatro anos depois do terremoto: a miragem da reconstrução. **Revista Fórum**, São Paulo, SP, edição 130, 16 jan. 2014.

GAUDEMAR, J. P. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1979.

GLASS, V. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz ativista. **Carta Maior**, São Paulo, SP, 2 ago. 2004. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2442>. Acesso em: 15 ago. 2013.

GOMBATA, M. Haiti - 10 anos de Minustah. **Carta Capital**, São Paulo, SP, 11 ago. 2014.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna: pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Loyola, 2002.

HALLWARD, P. Opção zero no Haiti. In: SADER, E. (Org.). **Contragolpes**. Tradução de: New Left Review. São Paulo, SP: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HATIAN DIASPORA. Maryland, 2011. (Relatório). Disponível em: <<http://haitiandiaspora.com>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

IBGE. **Indicadores**. Rio de Janeiro, RJ, s.d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php>. Acesso em: 15 out. 2013.

JACKSON, R. **Geographies of the Haitian diaspora**. New York, NY: Routledge, 2013.

LIMA, M. J. **Capitalismo e extrativismo: a formação da região acreana**. 1994. 347f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

MACHADO, A. Com débitos e abrigo superlotado, AC quer que governo federal assumira imigrantes. **Blog do Altino Machado**, Rio Branco, AC, 24 mar. 2015a. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2015/03/com-debitos-e-abrigo-superlotado-ac.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. MPT aciona Justiça contra governo por calamidade humanitária de imigrantes. **Blog do Altino Machado**, Rio Branco, AC, 25 maio 2015b. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2015/05/mpt-aciona-justica-contra-governo-por.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. Isolamento do Acre deixa mais de 1300 haitianos e senegaleses retidos em abrigo na fronteira. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**, São Paulo, SP, 28 fev. 2014. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/02/28/isolamento-do-acre-deixa-mais-de-1300-haitianos-e-senegaleses-retidos-em-abrigo-na-fronteira/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**, São Paulo, SP, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MALDONADO, R.; BAJUK, N.; HAYEM, M. **Las remesas a América Latina y el Caribe durante el 2011: recuperando el crecimiento**. Washington: Fondo Multilateral de Inversiones; Banco Interamericano de Desarrollo, 2012.

MAMED, L. H. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém, PA, 2015. (No Prelo).

_____; LIMA, E. O. Movimento internacional de trabalhadores haitianos: da passagem pela Amazônia ao trabalho no Centro-Sul do Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL - ALASRU, 9., 2014, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: ALASRU, 2014a.

_____. Trabalho e migração haitiana na Amazônia Ocidental. In: ALBUQUERQUE, G.; ANTONACCI, M. A. **Desde as Amazônias: Colóquios**. Rio Branco, AC: Nepan Editora, v. II, 2014b. p. 135-170.

_____; LIMA, E. O. Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16., 2013, Salvador, BA. **Anais...** Porto Alegre, RS: SBS, 2013a.

_____; _____. Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29., 2013, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, Chile: ALAS, 2013b.

_____. **Amazônia Ocidental (1870-1970): o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre**. 2005. 416f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2005.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLO, P. **A Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Rio Branco, AC: Edufac, 1998.

MELO, L. Com caminho asfaltado, Brasil alcança Pacífico via Transoceânica. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 3 nov. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/com-caminho-asfaltado-brasil-alcanca-pacifico-via-transoceanica-2709263>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

NELI, M. A.; NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 287-304.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2006.

PAULA, E. A. Entre desastres e transgressões: a chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. **Novos Cardernos NAEA**, Belém, PA, v. 16, n. 2, p. 187-206, 2013.

SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. (Coord.). **Mercado de trabajo y migración internacional**. México: UNAM; Instituto de Investigaciones Económicas, 2011. p. 139-194.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SEGUY, F. O Haiti é aqui e lá. **Jornal da APUG**, Belém, PA, 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2010/03/o-haiti-e-aqui-e-la/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2014. 399f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SILVA, F. B. Negros diáspóricos, migrações e trânsitos na Pan-Amazônia: Acre, o não-lugar. In: I ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-AP E I JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA “DIÁSPORAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADES NA PAN-AMAZÔNIA”, 1., 2014, Macapá, AP. **Anais...** Macapá, AP: ANPUH-AP, 2014.

SILVA, P. K. M. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela triplíce fronteira norte**. 2014. 157f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

SILVA, S. A. Brazil, a new eldorado for immigrants?: the case of haitians and the brazilian immigration policy. **Urbanities**, New York, NY, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.anthrojournalurbanities.com/docs/tableofcontents_5/2Sidney%20Antonio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SÔNEGO, D. Brasil já recebe menos dinheiro de emigrantes que o Haiti. País foi o único da América Latina e Caribe a ter queda no volume de recursos enviados por seus cidadãos no exterior, em 2011. **Portal IG**, São Paulo, SP, 14 mar. 2012.

TÉLÉMAQUE, J. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações**. 2012. 95f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

TERRA. **Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre**. São Paulo, SP, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 out. 2013.

TOLENTINO, N. C. Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano. **Socius Working Papers**, Lisboa, Portugal, n. 9, maio 2009.

VÉRAN, J. F.; NOAL, D. S.; FAINSTAT, T. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 57, n. 4, p. 1007-1041, 2014.

VILLEN, P. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: Unesp, 2012.

WROBLESKI, S. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 23 jan. 2014a. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. Fiscalização resgata haitianos escravizados em oficina de costura em São Paulo. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 22 ago. 2014b. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.